

MORAIS FILHO, Prudente de

* dep. fed. SP 1912-1926.

Prudente de Moraes Barros Filho nasceu em Piracicaba (SP) no dia 29 de dezembro de 1874, filho de Prudente José de Moraes Barros e de Adelaide Benvinda de Moraes Barros. Seu pai foi várias vezes deputado provincial, deputado geral por São Paulo em 1885, membro da junta provisória que governou São Paulo em 1889, governador do estado de 1889 a 1890, constituinte de 1891, senador de 1891 a 1894 e presidente da República de 1894 a 1898. Seu tio Manuel de Moraes Barros foi constituinte de 1891, deputado federal por São Paulo de 1891 a 1895 e senador de 1895 a 1902. Seu primo Paulo de Moraes Barros foi deputado federal de 1909 a 1911 e de 1927 a 1929, revolucionário de 1930, ministro da Viação e da Agricultura em 1930, revolucionário de 1932 e senador de 1935 a 1937. Outro primo, Pedro de Moraes Barros, foi embaixador do Brasil no Peru de 1941 a 1945 e na Itália de 1945 a 1949.

Iniciou seus estudos no Colégio Piracicabano, transferindo-se em 1890 para Escola Militar, no Rio de Janeiro, então capital federal. De volta a São Paulo, fez o curso preparatório no Colégio Costa e no Ginásio Sílvio de Almeida. Em 1893 matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, mas por motivo de saúde transferiu-se para a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, pela qual se formou em 1897. Foi aluno de notáveis juristas, como Pedro Lessa, Lima Drummond, Batista Pereira, Inglês de Sousa e Bulhões Carvalho, entre outros.

Concluído o curso de direito, foi designado oficial de gabinete de seu pai, então presidente da República. Ao término do governo, foi nomeado em 1899, pelo presidente Campos Sales, auxiliar do procurador da República, mas não aceitou o cargo. Passou a dedicar-se exclusivamente à carreira de advogado no escritório de Inglês de Sousa, seu antigo professor, político, jornalista, escritor, e um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Membro da dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP), que tinha como um de seus líderes o jornalista e deputado Júlio Mesquita, teve seu nome incluído na lista de candidatos a deputado federal e foi eleito em 30 de janeiro de 1912 para a legislatura 1912-1914. Ainda em 1912 empreendeu viagem à Europa, sendo recebido com demonstrações de

apreço por várias instituições jurídicas, entre as quais o Instituto de Direito Comparado de Bruxelas, na Bélgica, que o elegeu sócio correspondente. Em 1914 foi nomeado professor substituto da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, recebendo o grau de doutor.

Reeleito para a legislatura 1915-1917, por diversas vezes integrou como membro efetivo a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Pertenceu também à Comissão Especial do Código Civil brasileiro, que estudou e aperfeiçoou o projeto do Executivo que seria promulgado pelo presidente Venceslau Brás (1914-1918) através da Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Em 1917, quando da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, colaborou com Afrânio de Melo Franco, autor do projeto de lei sobre o estado de sítio que foi debatido no Congresso Nacional, inclusive por Rui Barbosa, o qual apresentou emendas referentes à limitação jurídica durante o conflito.

Também em 1917 esteve presente à sessão do Supremo Tribunal Federal que julgou o habeas corpus contra o pedido de expulsão dos estrangeiros envolvidos na greve realizada em São Paulo. O governo paulista se empenhou para que os envolvidos fossem expulsos do país, o que acabou ocorrendo, apesar de decisões anteriores do tribunal em sentido contrário. Ainda em 1917 foi promovido a professor catedrático da cadeira de direito civil da faculdade onde lecionava.

Em 1918, após a morte de Inglês de Sousa, abria sua própria banca, tornando-se um dos mais renomados advogados do Rio de Janeiro. Reconduzido à Câmara dos Deputados na legislatura 1918-1920, fez parte de um seleto grupo de legisladores que congregava Pedro Moacir, Arnolfo de Azevedo, Justiniano de Serpa, Francisco da Cunha Machado, Afrânio de Melo Franco, Luís Domingues, Raul Soares, João Mangabeira e Francisco Campos. Reeleito para as legislaturas 1921-1923 e 1924-1926, apresentou um substitutivo à proposta que regulava as relações de trabalho, ocupando-se de temas como duração da jornada, acidentes e idade mínima. O substitutivo, contudo, não prosperou, por decisão da Câmara. Vários desses pontos só iriam ser tornar objeto de lei quando a da instituição da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943.

Ao término do mandato parlamentar no final de 1926, deixou a Câmara e dedicou-se à advocacia. Jurisconsulto dos mais renomados do país, trabalhou para importantes instituições e empresas brasileiras. Na então capital da República especializou-se em

litígios territoriais, advogando na defesa dos interesses de vários estados brasileiros.

Na eleição para presidente da República realizada em 1º de março de 1930, na qual Júlio Prestes derrotou o candidato da Aliança Liberal Getúlio Vargas, apesar de não ser candidato, teve seu nome lembrado por eleitores e acabou recebendo votos.

Pelo Decreto nº 21.076, assinado pelo presidente Getúlio Vargas em 24 de fevereiro de 1932, foi instituído o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Da nova corte, instalada solenemente em 20 de maio na sala de sessões do Supremo Tribunal Federal, faziam parte o ministro Hermenegildo de Barros, presidente; o ministro José Soriano de Sousa Filho, vice-presidente; o desembargador Renato de Carvalho Tavares, procurador-geral; o ministro Carvalho Mourão, o desembargador José Linhares e os advogados Afonso Pena Júnior, Afonso Celso e Prudente de Moraes Filho.

Em 30 de setembro de 1932, quando se discutia o cessar fogo entre as tropas paulistas e federais na Revolução Constitucionalista, o ministro das Relações Exteriores Afrânio de Melo Franco, em audiência com o presidente Getúlio Vargas, propôs a nomeação de Prudente de Moraes Filho para interventor em São Paulo. No dia seguinte, contudo, um acordo secreto do governo federal com o comando da Força Pública paulista fez com que esta empossasse no governo do estado o próprio comandante geral da polícia, coronel Herculano de Carvalho e Silva, que nele permaneceu até a chegada das autoridades militares federais à capital paulista. Pouco depois, por seu notório saber jurídico, Prudente de Moraes Filho foi designado por Getúlio Vargas para integrar a Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto a futura Constituição, que se reuniu pela primeira vez em 11 de novembro de 1932.

Foi primeiro-secretário e vice-presidente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, e fez parte por diversos anos da Irmandade da Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, da qual se tornou irmão benemérito. Fez parte também da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Faleceu em Piracicaba em 2 de maio de 1943.

Casou-se com Blandina Mendes de Moraes, sua prima, filha do marechal Mendes de Moraes. Seu filho Prudente de Moraes Neto foi jornalista, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e escritor, com o pseudônimo de Pedro Dantas.

Entre seus trabalhos publicados destacam-se: *A Justiça Militar* (discurso proferido na

Câmara); *O Código Civil na Câmara dos Deputados* (discurso); *As terras devolutas do estado de São Paulo*; *A posse dos direitos pessoais*; *As garantias do Ministério Público*; *Novação subjetiva*; *Cessão de crédito por procuração em causa própria*; *Limites entre S. Paulo e Minas* (em parceria com João Pedro Cardoso, 1920); *Coletânea* (1943), e *Fronteira ocidental do Pará*, entre outros.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; *Correio Paulistano*. SP (4/5/1943); *Folha da Manhã*. SP (4/5/1943); LOPREATO, C. *Espírito*; MELO, L. *Dicionário*; *Noite*. RJ (3/5/1943); VARGAS, G. *Diário*.